

# EXPERIÊNCIAS RECENTES DE ELABORAÇÃO DE CENÁRIOS DO BRASIL E DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

SÉRGIO C. BUARQUE

Este artigo resume o paper “Elaboração de Cenários do Brasil e da Amazônia Brasileira — Análise de Experiências Recentes de Cenários elaborados por Empresas e Instituições Nacionais e Regionais”, preparado para o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, que gentilmente autorizou a sua publicação. O referido paper foi apresentado em reunião de trabalho realizada em abril, envolvendo o IPEA, o Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal, a Unamaz e o Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain, representado pelo professor Ignacy Sachs, visando apoiar o trabalho das instituições na definição das bases de um estudo prospectivo da Amazônia brasileira, como parte do programa de estudos da Unamaz.

O trabalho se concentrou na análise de apenas quatro estudos, abrangendo um período de quase dez anos de observação: os Cenários Energéticos da Amazônia elaborados pela Eletronorte, em 1988, os Macrocenários da Amazônia, elaborados pela Sudam em 1990, os “Cenários Exploratórios do Brasil 2020”, elaborados pela SAE em 1996/97, e o documento do IPEA “O Brasil na Virada do Milênio”, elaborado em 1997. Na análise tentou-se comparar as metodologias adotadas pelos estudos e os resultados gerados pelos diversos cenários, embora hajam diferenças importantes tanto no que se refere ao momento em que foram elaborados, quanto ao próprio objeto e tipo de cenário utilizado.

A elaboração de cenários é uma prática relativamente recente no Brasil, embora já seja bastante conhecida e utilizada nos países desenvolvidos - especialmente nos Estados Unidos — desde a Segunda Guerra Mundial, como modelos de análise de alternativas para estratégias militares. Mesmo que a observação do futuro seja uma necessidade e um comportamento inevitável de toda atividade de planejamento, tanto empresverdana quanto governamental, normalmente esta se limitava a uma intuição dos decisores e a projeções de tendências ou, nos casos de planejamento normativo, a definição de objetivos e metas gerais a alcançar no futuro. Enquanto as transformações na realidade se davam de forma mais lentas e relativamente previsíveis e, principalmente, quando se tratava de formulações de curto e médio prazo, o planejamento podia se contentar com simples definições gerais, intuitivas e voluntaristas do futuro. Na medida em que a realidade se complica e que se aceleram as mudanças e aumentam as incertezas com relação ao

futuro, cresce a necessidade de um maior rigor e sistematização na antecipação de futuro, o que tem levado ao desenvolvimento de metodologias e técnicas.

A técnica de cenários começa a ser utilizada no Brasil na segunda metade da década de oitenta pelas empresas estatais que operam em segmentos de longo período de maturação, e, portanto, precisam tomar decisões de longo prazo. Eletrobrás (Eletrobrás, 1987) e Petrobras (Petrobrás, 1989) são duas empresas que lideram as iniciativas para a elaboração de cenários e antecipação de futuro sobre comportamento de mercado e demanda de energia e de combustíveis. No final de década de oitenta, trabalho elaborado pelo BNDES (Lucas, 1989) de conteúdo mais econômico teve um grande impacto e abriu uma grande discussão política sobre os cenários do Brasil.

No terreno estritamente acadêmico, o Brasil já inicia alguma investida nos estudos de futuro na segunda metade da década de oitenta com os trabalhos de Hélio Jaguaribe, especialmente o estudo intitulado Brasil 2000, que procura desenhar um cenário desejado para o Brasil, com base em alguns parâmetros gerais de desenvolvimento (Jugaribe, 1989). Por outro lado, trabalhos com conteúdo teórico e metodológico sobre a prospecção de futuros surgem no Brasil já no final da década de setenta, destacando-se o estudo do IUPERJ, de 1977, que resulta de uma pesquisa realizada sobre o assunto - e se traduz em um manual de técnicas de previsão (Gómes de Souza, e de Abreu Silva, 1976), e, quase da mesma época, o livro de Henrique Rattner, publicado em 1979, com o título “Estudos do Futuro - Introdução à antecipação tecnológica e social”, que constitui, efetivamente, um referencial metodológico (Rattner, 1979).

Durante a década de oitenta e noventa, houve várias tentativas, mais ou menos ambiciosas de estudos prospectivos no Brasil, com diferentes enfoques e cortes setoriais, temáticos ou espaciais. A utilidade destes estudos para o planejamento tem sido, contudo, limitada, em parte devido as descontinuidades de orientação das instituições e, principalmente, pela excessiva instabilidade político-institucional do Brasil. A instabilidade e incerteza costumam inibir as iniciativas de construção de futuro, embora paradoxalmente, aumentem a importância e necessidade de explorar alternativas. Quanto maior a incerteza e a velocidade das transformações mas necessário se faz a antecipação de futuros, de modo a preparar as empresas e os governos para as surpresas e descontinuidades.

A partir de 1994, com estabilização da economia gerada pelo Plano Real, diminuiu o imediatismo das visões e práticas dos atores sociais e dos agentes públicos, restaurando a preocupação com o planejamento de médio e longo prazo, portanto, com as visões de futuro. Como, por outro lado, a profundidade das transformações no contexto mundial, despertam uma grande insegurança nos agentes econômicos, os estudos prospectivos voltam a ganhar espaço e relevância no planejamento no Brasil. Neste meio tempo, em todo o mundo, houve grandes avanços na elaboração e nas técnicas de cenários para o planejamento estratégico e no Brasil, a antecipação de futuros passou a entrar no vocabulário corrente dos técnicos e planejadores.

Os quatro estudos de cenários analisados neste documento foram elaborados em condições históricas bastante diferentes, o que, seguramente influenciou a defin-

ição das suas hipóteses e expectativas de desempenho futuro. Embora as grandes tendências enunciadas pelos cenários apresentem uma relativa convergência na interpretação da história futura, existem diferenças relevantes que decorrem das circunstâncias históricas em que foram trabalhadas.

Os cenários elaborados pela Eletronorte foram concluídos em Julho de 1988, no penúltimo ano do governo Sarney, após os fracassos de mais de uma tentativa de plano de estabilização econômica, enquanto o contexto mundial era também dominado pela crise e principalmente os estrangulamentos da economia americana. Neste quadro, a questão ambiental e a Amazônia apenas começavam a ser uma preocupação política e estratégica para o Brasil, e mesmo os padrões gerais definidos na Constituição neste ano (1988) não passavam de formulações declamatórias. Embora tenha sido realizado menos de dois anos depois, o trabalho da SUDAM, concluído em 1990, contava com uma realidade já bem diferente do contexto encontrado pela Eletronorte. Fernando Collor de Mello tinha recém assumido a presidência da República e estava em plena implantação do Plano Brasil Novo, e no plano internacional, começava a evidenciar-se a desarticulação do bloco soviético e persistia ainda a estagnação mundial; ao mesmo tempo, cresciam, rapidamente, o interesse e a preocupação com o meio ambiente em geral e, particularmente, com a preservação da floresta amazônica.

Os estudos da SAE e do IPEA são contemporâneos e se realizam quase dez anos depois do exercício da Eletronorte, portanto, em condições completamente diferentes. Em 1997, o Brasil vinha de três anos de indiscutível sucesso do Plano Real, apesar dos estrangulamentos decorrentes das âncoras cambial e monetária, e apresentava notória estabilidade política e institucional. Por outro lado, constata-se uma importante mudança no contexto internacional, resultante da recuperação da economia norte-americana combinada com o completo desmonte do bloco soviético, reconstruindo uma dupla hegemonia - econômica e estratégico-militar - dos Estados Unidos.

Os quatro estudos trabalham com horizontes de tempo dos cenários diferentes, não só pela data de partida como pelo prazo que pretendem alcançar na descrição do futuro. A Eletronorte trabalha com um prazo de pouco mais de vinte anos e a SUDAM estuda vinte anos, ambos definindo 2010 como cena final. A SAE também define um prazo longo de observação levando ao horizonte de 2020 porque sua cena de partida é 1997, representando, portanto, um intervalo de 23 anos. O estudo do IPEA é o que trabalha com prazo mais curto, tendo 2006 como horizonte final, o que corresponde à orientação mais econômica da sua abordagem.

## METODOLOGIA DOS ESTUDOS

Com exceção do trabalho do IPEA, existe uma grande convergência dos estudos na concepção geral e na metodologia de trabalho, embora os objetivos e o foco do estudo tenham levado a diferenças no tipo de cenários utilizado. Na realidade, o trabalho do IPEA é muito mais um diagnóstico - apresentado como desafios - e a defesa de uma proposta de estratégia que propriamente uma construção de cenários, na medida em que está, efetivamente, preocupado com o que

fazer - estratégia - para enfrentar os desafios, com uma certa orientação normativa (implícita). Embora não formule explicitamente um cenário desejado, estrutura as ações e procura demonstrar sua eficácia na realização dos objetivos e metas - retomada do crescimento econômico, retirada da crise, aumento da competitividade internacional e inserção competitiva do Brasil - propondo uma estratégia e mostrando a viabilidade de alcançar o futuro desejado, enfrentando os estrangulamentos estruturais.

Os outros três estudos — da Eletronorte, da SUDAM e da SAE — procuram trabalhar o diagnóstico e destacar de dentro dele os condicionantes do futuro, como forma de preparação para o desenho das alternativas futuras de desenvolvimento. A reflexão sobre o passado recente é relevante apenas para permitir identificar as tendências e os processos que estão amadurecendo na atualidade que podem determinar o futuro. Por outro lado, enquanto estes estudos são marcadamente multidisciplinares, contemplando e confrontando várias variáveis e dimensões - econômica, social, tecnológica, ambiental e político-institucional - o trabalho do IPEA é essencialmente sócio-econômico, embora faça um rico e amplo diagnóstico e apresentem propostas de políticas nas áreas social, ambiental e regional. Desta forma, os cenários da Eletronorte, da SUDAM e da SAE tendem a ser mais qualitativos que o estudo do IPEA, embora procurem também analisar a consistência com modelos macro-econômicos, mesmo sem a sofisticação e o rigor técnico das projeções e modelos matemáticos utilizados pelo IPEA.

A concepção de cenários utilizada pelos estudos da Eletronorte, da SUDAM e da SAE são bastante semelhantes, definidos como a descrição de futuros coerentes e plausíveis com base na exploração e definição de hipóteses para os determinantes centrais da realidade. Como expressa o documento da SAE, “cenários são prognósticos tentativos condicionados a hipóteses consistentes, fundamentados no passado recente e nos processos em maturação” (SAE, 1997, pag. 25). Desta forma, para os três estudos, trata-se, antes de tudo, da construção de um marco de referência para a reflexão coletiva sobre o futuro (SAE, 1997).

O IPEA trabalha com uma concepção diferente de cenários e, embora não formule, explicitamente, um conceito, considera que a construção de cenários é uma vertente de modelos para imaginação do futuro, identificando duas alternativas de trabalho. “A primeira baseia-se na construção de cenários para o futuro com o mínimo de base empírica necessária para dar consistência e credibilidade aos resultados. A segunda consiste em usar modelos mais formalizados, econométricos ou não. Em ambas, o objetivo é dispor de mais informação e melhores respostas analíticas em relação às perspectivas de longo prazo da economia” (IPEA, 1997, Vol. I, pag. 15). O IPEA acrescenta que existem muitas dificuldades para “obtenção de estimativas numericamente confiáveis dos parâmetros e coeficientes que seriam requeridos para modelagens quantitativas abrangentes”, o que teria levado a optar pelos cenários, mais como uma necessidade desta carência que, propriamente, uma escolha de método de antecipação do futuro. O IPEA ressalta, por outro lado, que a análise qualitativa de construção de cenários tem uma dependência excessiva do arbítrio dos autores, definindo as hipóteses adotadas quanto pelas variáveis exógenas relevantes (IPEA, 1997, Vol. I).

O que constitui, para o IPEA, um problema e uma escolha forçada pela carência de dados confiáveis, é uma opção explícita e preferencial dos outros três estudos analisados (Eletronorte, SUDAM e SAE), entendendo que o recurso à técnica de cenários é importante não devido às dificuldades técnicas mas, simplesmente, pela incerteza frente ao futuro e à necessidade vital que todo processo decisório tem de antever a realidade futura em que atuará.. Na verdade, toda antecipação do futuro, com maior ou menor rigor quantitativo (maior ou menor ênfase qualitativa), sempre dependerá muito das hipóteses que forem formuladas e, portanto, da percepção e sensibilidade dos que estão definindo as hipóteses, carregando sempre alguns componentes subjetivos.

Existe uma diferença entre os estudos no que se refere ao tipo de cenários que elaboram, refletindo seus objetivos e necessidades de planejamento. Os estudos da Eletronorte e da SAE se concentram na construção de cenários alternativos múltiplos, contemplando desenhos qualitativamente distintos, indicando vários futuros prováveis. De qualquer forma, a SAE vai elaborar um cenário desejado “que expresse as metas da sociedade brasileira”, para o que já está fazendo uma consulta à sociedade. Os dois estudos diferem, antes de tudo, com relação ao objeto de análise: enquanto o trabalho da Eletronorte se volta para a Região amazônica e vê os cenários nacionais como o contexto da Amazônia, a SAE estuda o Brasil e se refere à Amazônia como desdobramentos regionais dos cenários nacionais. O trabalho da SUDAM também se orienta para a Amazônia mas amplia a abordagem, procurando construir cenários alternativos e um cenário normativo ou desejado. Com o primeiro, procura explorar as múltiplas possibilidades futuras da região (o que tenderia a ocorrer), e com o cenário normativo procura expressar o futuro factível mais próximo das aspirações da região.

O trabalho do IPEA, ao contrário dos outros, se concentra em formular um único cenário, definido a priori e deixando de contemplar alternativas e caminhos diferentes de evolução futura do Brasil, concentra-se na tentativa de demonstração técnica da viabilidade do futuro definido e na análise das implicações (IPEA, 1997) — no terreno econômico e social — da estratégia proposta e defendida. Não abre as probabilidades de outros desdobramentos e mesmo a implantação de outras estratégias (ou da ausência de uma) que levassem a outros cenários, fazendo apenas algumas pequenas variações quando se trata da análise do emprego e do espaço comercial do Brasil na economia mundial.

Nos estudos da Eletronorte, da SUDAM e da SAE, os cenários sempre são construídos para orientar os agentes decisórios na formulação de uma estratégia, que surge como uma resultante perseguindo determinados objetivos que decorrem dos futuros prováveis e do futuro desejado. Assim, não estão preocupados em demonstrar a validade e a viabilidade de uma estratégia mas, ao contrário, em compreender o meio em que operam para definir as prioridades e opções estratégicas. Mesmo o trabalho da SUDAM, que formulou um cenário desejado, não o definiu aprioristicamente mas sim como o resultado de um tratamento dos desejos da sociedade com base nos cenários alternativos, vale dizer, confrontando com as probabilidades.

A construção de cenários futuros, mesmo quando qualitativos, exige que se

estruture um referencial teórico para analisar as consistências e os desdobramentos das diversas variáveis para cada hipótese definida para o futuro. A seleção das variáveis e eventos mais determinantes, sobre os quais deve formular as hipóteses, já pressupõe um certo entendimento do sistema objeto de análise e projeção futura. E o desenho de realidade futuras complexas e a análise de sua consistência deve contar com uma base teórica, alimentada pelo conhecimento científico. Nos estudos multidisciplinares, a formulação de uma referência teórica se torna mais complexa na medida em que se deve interpretar o movimento e interdependência de diversas dimensões com distintas lógicas e dinâmicas internas, cada uma correspondendo a uma disciplina científica. Por isso, de um modo geral, os estudos multidisciplinares, recorreram a uma técnica de estruturação do “modelo de interpretação” que evitasse uma longa e estéril discussão acadêmica e se concentrasse na identificação das variáveis relevantes e de suas interações complexas. Para tanto, recorreram a uma abordagem sistêmica, representando a realidade complexa por um conjunto de variáveis centrais e procurando compreender a lógica das relações de causalidade e determinação do sistema.

O IPEA procura explicitar mais claramente seu modelo de análise, até porque seu enfoque é fortemente econômico (mono-disciplinar), informando que utiliza como referencial teórico os estudos empíricos das chamadas “novas teorias do crescimento econômico” que, segundo diz o documento, identificam a “existência de uma relação entre, de um lado, a taxa de crescimento da renda per capita, e, de outro, um conjunto de variáveis associadas ao crescimento” (IPEA, 1997, pag. 58). O modelo teórico de todos os estudos procura estabelecer a relação entre tecnologia e crescimento econômico e analisar o trade-off entre progresso técnico e nível de ocupação. Mas a abordagem do IPEA estabelece uma interação entre o progresso técnico e a absorção da força de trabalho diferenciada segundo a qualificação do trabalhador, ressaltando que o progresso tecnológico provoca uma redução no emprego não qualificado e um aumento no emprego qualificado, dependendo o ritmo de crescimento da economia. Os estudos focalizados na Amazônia (Eletro-norte e SUDAM), por outro lado, procuram fazer uma correlação adicional entre o progresso técnico e a demanda de recursos naturais, indicando que “o mesmo fator que favorece a retomada do crescimento econômico — progresso técnico — redefina a elasticidade demanda da maioria dos insumos básicos e matérias primas convencionais, moderando e, parcialmente, neutralizando o aumento da demanda que o crescimento econômico deveria provocar” (SUDAM, 1990, pag. 187).

Os estudos com abordagem multidisciplinar tendem a conferir uma grande importância aos fatores políticos e, principalmente, ao Estado, sua situação em termos de governança e governabilidade (SAE) e sua orientação e espaço de intervenção, ressaltando que o futuro é uma construção social. Em grande medida, entendem que “...cada cenário configura um determinado quadro hegemônico, expressando o predomínio de uma determinada aliança de atores em torno de um dado projeto e/ou de um conjunto de interesses” (SUDAM, 1990, pag. 19). Os futuros do Brasil e da região Amazônica dependem, assim, fortemente da capacidade dos atores constituírem um projeto hegemônico, assumindo a condução do Estado e conferindo a ele capacidade de intervenção, e, principalmente, das suas

prioridades e formas de atuação.

Neste tratamento político, os estudos apresentam um conceito particular de ator social, procurando distinguir das instâncias do Estado, entendidas como espaços de disputa política dos atores e suas alianças. De acordo com o estudo, atores sociais são "...segmentos da sociedade, grupos de interesse, mais ou menos articulados e organizados, que entram em conflitos uns com os outros e concluem alianças estratégicas para conseguir os seus objetivos" (ELN, Junho/1988, pg. 78), enquanto o Estado seria a esfera político-institucional em torno da qual se manifesta o poder das alianças dos grupos e segmentos da sociedade, o que confere a base política de sustentação das alternativas futuras.

Com base na abordagem sistêmica, os estudos tendem a situar o objeto de análise no contexto mais amplo com o qual interage e, sobretudo, do qual recebe influências com maior ou menor poder de determinação do futuro. Na visão dos trabalhos, o Brasil é um sub-sistema do sistema mundial e a Amazônia um sub-sistema do sistema nacional e mundial mais complexo, no qual está inserido e do qual recebe influências e impactos com diferentes pesos, de acordo com as características do objeto. Assim, região amazônica (região de fronteira), recebe uma influência decisiva do contexto, tanto dos processos mundiais quanto, principalmente, do Brasil. Os cenários do Brasil também dependem de influências externas — do contexto mundial — embora para todos os quatro estudos, os fatores exógenos são menos importantes que no caso da Amazônia, uma vez que o Brasil depende, antes de tudo, de suas próprias condições endógenas e, principalmente, da postura dos atores sociais e suas estratégias.

Há uma diferença de tratamento do contexto nos cenários da Amazônia elaborados pela Eletronorte e pela SUDAM, na medida em que, para o primeiro, mesmo as influências do contexto mundial sobre a região são sempre mediadas pelo filtro da economia e política brasileiras, numa relação espacialmente hierarquizada. Os Macrocenários da SUDAM trabalham com uma articulação mais aberta, cruzando e combinando as influências — relativamente autônomas — dos cenários mundiais e nacionais sobre a Amazônia. De modo que, a definição dos condicionantes de cada cenário regional é feita com base numa combinação das alternativas mundiais e nacionais, como que quebrando a hierarquia, como se a região estivesse recebendo, simultaneamente, influências mundiais e nacionais e não apenas mediações das influências mundiais pelo Estado brasileiro.

Assim, o estudo dos Macrocenários "procura combinar os diferentes cenários mundiais com os nacionais formando vários contextos. Como são três cenários mundiais e três nacionais, é possível compor nove combinações, cada uma representando uma realidade distinta do contexto regional no futuro" (SUDAM, 1990, pag. 227). Cada combinação geraria um conjunto de influências externas que levaria — em confronto com os fatores endógenos — aos cenários da Amazônia. Entretanto, para não abrir excessivamente o leque de alternativas e entendendo que as combinações têm diferentes graus de consistência e sustentabilidade, foi feita uma análise, procurando selecionar os mais consistentes do ponto de vista técnico e os mais sólidos do ponto de vista político. Para convergir em torno de um conjunto restrito e consistente de combinações, o estudo procura agrupar as

combinações com semelhança qualitativa e submete as mesmas a uma análise de viabilidade política.

Com esta ordem de precedência analítica, do mais geral e amplo para o menor e mais específico, tanto a elaboração como a descrição dos cenários começa com o contexto, dos quais extrai os fatores externos, para cruzamento com os processos endógenos. Embora os estudos mostrem que percebem também a existência de uma relação inversa — do menor e específico (sub-sistema) para o mais geral e amplo (sistema ou contexto) — esta não teria a mesma relevância e tenderia a ser desconsiderada. Com isso, procuram fazer uma redução metodológica para evitar a excessiva complexidade da análise de uma relação circular de causalidade, do tipo, a Amazônia condicionada pelo contexto e, ao mesmo tempo, determinando o seu futuro.

A SAE faz um tratamento diferente dos fatores exógenos para a formulação dos cenários do Brasil, recuperando dos cenários mundiais três condicionantes centrais — Paradigmas políticos/nova ordem internacional, Globalização da produção, e Regulamentação do comércio mundial - e analisando sua interação com os processos endógenos. De acordo com esta abordagem, o Brasil não recebe uma influência externa pura e uniforme de cada cenário mas de combinações diferenciadas dos três fatores referidos acima. Com base numa análise dos efeitos combinados destes condicionantes — exógenos e endógenos — e da consistência das combinações, construiu os cenários nacionais. Estas combinações exógenas geram também impactos diferenciados na própria dinâmica dos fatores endógenos, com maior ou menor peso, dependendo das condições internas do país. Assim, por exemplo, no Cenário Caaetê, o contexto mundial “marcado por forte recrudescimento do protecionismo e processo de fragmentação sistêmica”, “...fazem com que o País se veja às voltas com crise de instabilidade e de desarticulação política e econômica...” (SAE, 1997, pg. 68).

Os estudos recorrem a um conjunto de técnicas e processos de sistematização e organização das informações e hipóteses, como forma de simplificação da complexidade e análise das probabilidades de comportamentos futuros. Exceto o trabalho do IPEA que é uma proposta de estratégia para alcançar metas concentradas no terreno econômico (mais do que cenários alternativos), os outros três estudos utilizam algumas técnicas e recursos analíticos comuns e consagrados nas metodologias de cenários, entre as quais se destacam a Análise Estrutural — auxiliando na compreensão teórica do objeto - a classificação de Condicionantes — identificando os processos e transformações em curso na realidade de maior incerteza e poder de impacto no futuro — a Investigação Morfológica — para analisar a consistência das combinações de incertezas e suas hipóteses — Análise dos atores sociais — procurando estruturar as alianças e estratégias plausíveis — e, finalmente, a formulação de uma “trajetória mais provável”, entendida como o caminho mais plausível inflexões.

Os três estudos alternativos (Eletronorte, SUDAM e SAE) classificaram os condicionantes de forma similar mas com nuances diferentes, tanto nos cortes do grau de incerteza quanto na denominação utilizada. A Eletronorte abre em quatro tipos de condicionantes, classificados em invariantes, tendências de peso, fatos

portadores do futuro e mudanças em andamento, enquanto a SAE se limita aos dois extremos: invariante, com menor grau de incerteza, e tendências de peso, com maior nível de incerteza. O recurso à seleção dos condicionantes segundo sua relevância e grau de incerteza é fundamental para reduzir a grande amplitude de variáveis e condicionantes, permitindo que os estudos concentrem a análise e a formulação das hipóteses sobre um pequeno conjunto que, efetivamente, define o desenho futuro da realidade estudada. Em todos os estudos, houve uma tendência a definir um conjunto restrito de “condicionantes-sínteses” que expressam melhor os fundamentos das mudanças em curso. Trata-se de identificar o que alguns autores chamam de incertezas críticas, identificando aqueles eventos e processos mais relevantes e determinantes do sistema e sobre os quais existe menor grau de segurança sobre o desempenho futuro. Com este mecanismo de redução, as hipóteses podem se concentrar sobre um número pequeno de condicionantes que, não obstante, são os que decidem o desenho do futuro, aqueles que fazem a diferença.

O trabalho da Eletronorte, por exemplo, depois de uma ampla descrição dos processos e tendências gerais, concentra a análise sobre dois principais determinantes do futuro: ritmo de crescimento nacional (exógeno) e mundial e resistência ecológica e cultural (endógeno), afirmando que “...para efeito de análise metodológica, e considerando a grande interdependência das citadas variáveis entre si, destacaram-se dois desses fatores — um exógeno e um endógeno — como de maiores pesos na construção dos cenários sócio-econômicos alternativos para a região....” (ELN, Setembro/88, pag. 43). Os Macrocenários também recorreram a este recurso metodológico de condicionante-síntese quando analisa as perspectivas do Brasil a partir dos eventuais desdobramentos do Plano Brasil Novo, combinando hipóteses sobre seus comportamentos futuros.

O estudo da SAE preferiu avançar na definição de um conjunto amplo das variáveis endógenas e exógenas mais relevantes, evitando uma redução acentuada a condicionantes-sínteses ou incertezas críticas. Embora esta alternativa demande um trabalho de análise de alternativas e consistência mais amplo e complexo, permite confrontar e analisar a interação de mais condicionantes. Utilizando, como os outros, a técnica de investigação morfológica, a SAE trabalhou com uma combinação de um número bem maior de variáveis, para escolher as combinações consistentes que constituíram os cenários.

Para reduzir a amplitude das alternativas de futuro, tanto com relação aos contextos mundial e nacional quanto para a definição da referência futura para estimativa da demanda, foi utilizado pelos estudos o conceito de trajetória mais provável. Para concentrar os determinantes exógenos em um mesmo conjunto, ressaltando a maior probabilidade do futuro, a Eletronorte não construiu trajetórias para os diversos cenários, formulados como o desenho dominante no período e, principalmente, na cena de chegada (final do período). Os seus cenários não têm, portanto, trajetórias, e a trajetória mais provável contempla inflexões e redefinição de conteúdos e tendências. Como uma explicitação do caminho que percorreria a realidade futura — do ponto de partida até a cena de chegada (2010, no caso da Eletronorte) — a trajetória permite analisar as eventuais descontinuidades que a maturação dos processos poderia gerar no desenho futuro.

A definição da trajetória mais provável resulta de uma análise rigorosa sobre a forma em que os condicionantes amadurecem e os atores se redefinem, na medida em que, os desdobramentos da hipótese de partida vão gerando novas condições sociais, econômicas e políticas. Fundamentadas de forma técnica e política, vão redefinindo o traçado do futuro, com as eventuais redefinições da filosofia básica, em alguns casos, levando a uma realidade e tendência completamente diferente dos processos iniciais, segundo condições estruturais e inerciais decorrentes do jogo de interação das variáveis.

Normalmente, como a trajetória é desenhada após a formulação dos cenários alternativos e assumindo uma hipótese de maior probabilidade inicial, o traçado termina assumindo, ao longo do tempo, características semelhantes e combinadas de mais de um cenário, na medida em que se consolidam fatores de mudança e continuidade. Mas, não deve ser interpretada como um caminho intermediário entre os cenários, com nuances de qualidade e quantidade. A trajetória é uma nova descrição do futuro com duas características: a análise da maior probabilidade de ocorrência, e a reflexão sobre as mudanças nos condicionantes, levando a alterações de conteúdo da descrição da realidade em diferentes momentos do traçado futuro.

O estudo da SUDAM (Macrocenários) foi o único dos trabalhos analisados que construiu cenário desejado ou normativo, entendendo o mesmo como o “desenho da sociedade futura desejada pelos atores representativos da região Amazônica, considerada técnica e politicamente viável” (SUDAM, 1990, pag.299), como uma utopia realista. De acordo com o trabalho, este cenário constitui “o espaço do possível que os atores sociais devem construir dentro dos limites e possibilidades definidos pelas condições históricas da Amazônia” (SUDAM, 1990, pag.299). O cenário desejado resulta de uma análise e confronto entre a vontade regional, coletada através de consulta à sociedade, e os prováveis desdobramentos futuros previsíveis, constituindo “...um compromisso no futuro entre a vontade e as circunstâncias” (SUDAM, 1990, pag. 299).

Os Macrocenários entendem, antes de tudo, que a vontade regional não deve ser o simples consenso ou somatório de opiniões e vontades das pessoas, nem uma maioria simples de lideranças, mas deve ser algo que tenha, efetivamente, sustentação política, contando com grupos fortes dispostos a defender a sua realização. Por isso, foi feito um tratamento da estrutura de poder dos atores e a elaboração da vontade regional como algo dominante mesmo com a persistência de divergências. O resultado do pronunciamento dos atores, com suas diferenças de expectativa mas também sua posição diversa na estrutura de poder regional, foi analisado e tratado tecnicamente, de modo a expressar a “vontade dominante” na Amazônia. Esta vontade foi depois confrontada com os futuros prováveis — expresso na trajetória mais provável — procurando comparar, ao longo do tempo as diferenças e identificando o que era possível alterar, em que dimensão e intensidade, e o que era necessário mexer nos condicionantes para que ocorresse esta alteração.

## CENÁRIOS ALTERNATIVOS

Apesar de partirem de contextos e condições históricas diferentes, os cenários tendem a apresentar um leque de alternativas de desenvolvimento futuro mundial, nacional e regional (Amazônia) relativamente similares e próximos, mesmo que trabalhem com hipóteses nem sempre convergentes. Isto parece sinalizar para o fato das expectativas definidas pelos cenários elaborados há dez anos (Eletronorte e SUDAM) continuarem, em parte, válidas, apenas com um retardamento significativo no tempo. No caso do IPEA, que trabalha com uma única alternativa futura, os resultados terminam convergindo para o que os outros definem como trajetória mais provável.

## CENÁRIOS MUNDIAIS

A abordagem do contexto mundial pelos diversos cenários é bastante semelhante em termos de alternativas de futuro, mesmo que as realidades de partida sejam bem diferentes. Os cenários mundiais da Eletronorte, da SUDAM e da SAE, este último construído em um quadro internacional bastante diferenciado, abrem um conjunto de três alternativas que, no fim das contas e com linguagens diferentes, tendem a combinar tendências de integração e fragmentação, aceleradas pela velocidade da revolução científica e tecnológica. E o estudo do IPEA, mesmo se limitando a traçar um único cenário provável mundial apresenta também características similares às trajetórias mais prováveis dos outros cenários.

Baseado em um conjunto de hipóteses, parte das quais ultrapassadas pela realidade no período 1988-1997, a Eletronorte construiu três cenários mundiais combinando perspectivas de entendimento ou desentendimento político das grandes nações com espaços diferenciados dos países emergentes nos eventuais acordos internacionais, também aqui dando um grande destaque para o componente político. O primeiro cenário — Continuidade e ausência de hegemonia — pressupunha a incapacidade de um acordo mundial para enfrentar os grandes problemas, levando a uma persistência da crise, incluindo as dificuldades identificadas na economia norte-americana. O segundo cenário — Reacomodação concertada — entendia, ao contrário, que os grandes países do planeta (em termos econômicos e políticos) se entenderiam e acordariam um arranjo internacional para enfrentar a crise e regula as finanças internacionais, deixando as nações emergentes e pobres fora do entendimento e dos benefícios de uma previsível retomada do crescimento e aceleração dos avanços tecnológicos. Finalmente, o terceiro cenário — Reorientação articulada — seria uma ampliação do segundo, associado a uma grande ação de promoção do desenvolvimento e inserção do então chamado Terceiro Mundo.

A Eletronorte construiu uma trajetória mundial mais provável que expressa a maturação no tempo das hipóteses de comportamento dos condicionantes centrais, antecipando que, até o início da década de noventa, correspondente à cena 1 (de 1988 a 1992), ocorreria um “acirramento da crise mundial com reforço das tensões e estrangulamentos”, a continuidade da queda do dólar e uma “moderação no ritmo de difusão das novas tecnologias”. Esta expectativa não se confirma, em parte,

pela recuperação da competitividade americana, e foi ultrapassada pela realidade na aceleração e difusão em escala planetária das transformações tecnológicas, o início da globalização, a formação de blocos e a recuperação de várias economias mundiais. Algumas das expectativas da ELETRONORTE se intensificam, de fato, durante a década de noventa, correspondendo às antecipações definidas para a cena 2 (correspondente ao período de 1993 a 2000).

A SUDAM construiu os cenários mundiais a partir de um tratamento semelhante dado aos condicionantes que pareciam latentes no início da década, antecipando o futuro da economia mundial, algumas das quais parecem refutadas pelos fatos, como o “...retorno de investimentos tradicionais nos países centrais em ramos considerados, no passado, tradicionais e altamente demandadores de mão de obra...” (SUDAM, 1990, pg. 48), e a “...crise de hegemonia dos Estados Unidos, com o fortalecimento da Comunidade Econômica Européia e a formação de um laço comercial dos países asiáticos em torno do Japão” (SUDAM, 1990, pg. 51). Com base no comportamento destes processos e, sobretudo, de entendimento dos atores, a SUDAM construiu três cenários mundiais, no essencial, bastante semelhantes aos da ELETRONORTE: Instabilidade econômica e ebulição política, decorrente da incapacidade de um entendimento dos grandes países no plano mundial, levando a taxas baixas de crescimento, difusão moderada e desigual de tecnologias e redução de espaços para os países do terceiro mundo; Acordo excludente e ciclo expansivo, marcado por um novo ciclo de expansão da economia mundial e aceleração da modernização tecnológica, gerado por uma aliança dos Sete Grandes para enfrentar os elementos de crise e instabilidade, criando novas formas de regulação do sistema monetário, e levando à consolidação de um socialismo de mercado autônomo, que desmonta o ‘império soviético’ e oferece uma grande e promissora fronteira do capital, deixando alguns espaços para os NICs com habilidade e velocidade de resposta às condições internacionais; e, finalmente, um cenário de Reorientação Articulada e Abrangente da Economia mundial, com a entrada de alguns países do Terceiro Mundo no jogo de poder influenciando nas negociações para tratamento da crise mundial, combinando portanto, os elementos do novo ciclo expansivo com uma “espécie de Plano Marshall para o Terceiro Mundo, levando a uma despolarização da economia mundial.

A trajetória mundial mais provável concebida pelos Macrocenários é muito semelhante à da Eletronorte, com o quadro internacional evoluindo de características semelhantes e combinadas do cenário 1 e 2, consolidadas no final do século, e ganhando, a partir da virada do século, características do cenário 3. Em grande medida, mesmo sem as expectativas de um grande acordo mundial e criação de um mecanismo forte de regulação, a economia mundial evolui, de fato, na direção geral definida pela trajetória mais provável.

O estudo da SAE também parte de conjunto de macrotendências mundiais que constituem condicionantes do futuro do Brasil, traça três cenários mundiais e trabalha com uma trajetória mais provável. Na análise dos condicionantes, recupera alguns dos processos já visíveis em 1988, com maior ou menor intensidade, como a revolução científica e tecnológica, e ressalta algumas novas latências, como a expansão dos fluxos financeiros internacionais e a volatilidade dos capitais, diante

dos quais não existem instâncias internacionais que controlem ou sequer acompanhem o seu comportamento (SAE, 1997).

Os cenários mundiais da SAE são definidos a partir das perspectivas de combinação das tendências contraditórias de integração e fragmentação, com uma consideração implícita do componente político. Desta combinação de integração e fragmentação a SAE constrói três grandes alternativas mundiais, constituindo os cenários internacionais: Globalização com hegemonia militar unipolar num quadro de fluidez, decorrente de uma consolidação dos fatores de integração marcados, contudo, pela hegemonia norte-americana e, portanto, convivendo com tensões regionais; Multipolaridade com integração cooperativa ou seletiva, caracterizado pela dominação marcante dos fatores de integração num quadro de multipolaridade política que estimula a cooperação entre as nações e os blocos econômicos, organizada por instrumentos de regulação da economia mundial; e Fragmentação e rivalidades regionais, pressupondo a clara predominância dos fatores de fragmentação econômica e desarticulação política mundial.

A trajetória mais provável antecipa, já nos primeiros anos, a consolidação da Organização Mundial do Comércio - OMC “como uma instância reguladora e mediadora da liberalização comercial”, e as Nações Unidas “tendo à frente um Secretário-Geral mais familiarizado com suas estruturas organizacionais e operacionais, buscam montar um perfil mais ágil e menos oneroso para fazer face aos desafios que se colocam em sua agenda atual e futura” (SAE, 1997, pags.19 e 20). Na cena 2, mesmo advertindo que, “a partir de 2006 o horizonte torna-se menos claro”, o estudo da SAE abre mais de uma alternativa, embora ressalte que a “tendência dominante, por hipótese, é a de que se fortaleça gradualmente a multipolaridade político-estratégica, a caminho de um arranjo mundial de poder mais flexível e criativo que os vigentes nas décadas anteriores. Segundo a trajetória definida, o mundo continuará crescendo a ritmos satisfatórios, com o comércio internacional beneficiando-se dos diversos processos de liberalização comercial, de investimentos e de serviços, embora não descarte que muitas das economias mais maduras entrem em processo estacionário ou declinante, o que faz renascer sentimentos e posturas protecionistas e discriminatórios (SAE, 1997).

Os cenários da SAE falam ainda de um “cenário mundial desejável” para o Brasil na forma de um “fortalecimento equilibrado de instâncias universais como as Nações Unidas e o alargamento da OMC, bem como de esquemas regionais que atendam às especificidades de determinados grupos de países em suas situações diferenciadas, como o Mercosul” (SAE, 1997, pags. 21).

O estudo do IPEA não se propõe, realmente a construir cenários mundiais mas apenas descrever um quadro previsível do contexto no qual o Brasil deve atuar. Trabalha com a hipótese de que a “continuidade da atual fase de crescimento da economia mundial deverá perdurar, pelo menos, até meados da próxima década” (IPEA, 1997, Vol. 1, pag. 21), levando a uma “...aceleração do crescimento mundial, a partir de 1997, em um ponto percentual, aproximadamente, e a sua manutenção em um nível pouco acima de 3%, nos próximos dez anos” (IPEA, 1997, Vol. 1, pag. 22). Desta forma, o IPEA se concentra numa única alternativa e sem utilizar o conceito de “trajetória mais provável” formula um caminho futuro

que tem semelhança com as trajetórias dos outros cenários, guardando as diferenças de época com os da Eletronorte e da SUDAM, marcada por processo de maturação, mais rápido ou mais lento, que leva a um novo ciclo de crescimento da economia mundial.

De forma similar aos outros estudos, o IPEA fala de uma “..tendência mundial de formação de grandes blocos e associações regionais com redução do protecionismo tarifário e não tarifário inter e intrabloco, sob os auspícios da OMC” (IPEA, 1997, Vol. 1, pag. 61). Com o mesmo tratamento da SAE afirma que esta tendência convive com forças contrapostas de integração e regionalização. Apesar disso, o estudo do IPEA considera que “... a economia global reúne, hoje, um conjunto de atributos que autorizam esperar-se uma expansão sustentada no médio e longo prazos” (IPEA, 1997, Vol. 1, pag. 61).

## CENÁRIOS DO BRASIL

De um modo geral, excetuando o trabalho do IPEA, os cenários alternativos do Brasil foram construídos como o resultado de diferentes projetos políticos dominantes no país, cada um compondo uma alternativa de futuro. Dependendo do momento em que foram elaborados, difere a importância da “crise de hegemonia” e da instabilidade econômica, sempre com uma presença destacada nas alternativas. O estudo da Eletronorte, mas fortemente marcado pela transição para o governo democrático e civil na segunda metade da década de oitenta, foi o que mais ressaltou esta crise de hegemonia ou governabilidade e governança, na visão e linguagem utilizada depois pela SAE.

De acordo com a Eletronorte, as alternativas futuras do Brasil dependeriam de como os atores sociais iriam enfrentar esta crise e que possibilidades existiam de construção de novos projetos hegemônicos. Parte da definição de grandes condicionantes do futuro, cujo comportamento e desdobramentos futuros dependem da sua dinâmica interativa mas, sobretudo, das políticas e estratégias — ou sua ausência — que decorrem do projeto hegemônico. As hipóteses centrais definidoras do futuro do Brasil se concentram, assim, na postura dos atores sociais e suas alianças, que permitam a formação de diferentes projetos hegemônicos, com distintas estratégias, políticas e iniciativas sobre os condicionantes.

A Eletronorte formula, assim, quatro cenários nacionais que se distinguem, basicamente pela hegemonia (ou sua ausência) e suas posturas diante da realidade: Ausência de hegemonia, Pacto liberal-modernizante, Projeto reformista e distributivista, e Modelo social-democrata. Exceto o primeiro cenário, que constitui a continuidade dos componentes de crise e desorganização, o perfil dos três outros cenários decorre da definição de quatro fatores: natureza e papel do Estado — nível de intervenção e papel de investidor e regulador — modernização e reestruturação produtiva, abertura externa da economia, implementação de políticas públicas, incluindo política regional, fundamental para os cenários da Amazônia. O Pacto liberal-modernizante recupera a capacidade de governabilidade e governança do Estado mas define uma orientação liberal, limitada às funções clássicas de controle monetário, diplomacia e segurança nacional; o Projeto reformista e distributivista

também representa uma recuperação do Estado mas colocado na posição de agente central de promoção das reformas sociais e da equidade social, com reforço para as políticas distributivistas. E o modelo social-democrata se manifesta na orientação do Estado para a regulação social e a promoção do desenvolvimento nacional, sem uma política social diretamente distributivista.

Com base em hipóteses sobre a maturação dos eventos e a probabilidade de desdobramentos no tempo, a Eletronorte desenhou uma trajetória mais provável do Brasil, considerando que, nos primeiros anos (começando em 1988), persistiria ainda um quadro geral de crise e instabilidade, que prepararia as condições políticas para um novo projeto hegemônico. De acordo com o estudo, este ambiente tornaria mais provável a formação de aliança liberal e modernizadora — com características semelhantes às do cenário de Modernização Conservadora — que deveria assumir, após alguns anos de instabilidade. Esta fase, levaria a uma retomada do crescimento com modernização e persistência de problemas sociais, levando, depois de anos, a preparar uma inflexão política; resultante mais do sucesso que do fracasso do liberalismo-modernizante, deveria ocorrer, na segunda metade da primeira década do século XXI, a maturação de políticas públicas de cunho social-democrata.

De acordo com esta trajetória, a partir da segunda metade da década de noventa, “..... o pacto liberal conservador e modernizador implementa duas mudanças importantes no projeto político e no modelo econômico nacional das últimas décadas: privatização acelerada do Estado, incluindo parcial venda do controle das estatais mais rentáveis, e abertura externa acentuada com liberalização do comércio mundial, com facilidade para a entrada e saída do capital externo, e estímulo à modernização tecnológica na indústria e, particularmente, na agricultura. A tônica deste cenário é o projeto de integração competitiva no mercado internacional” (ELN, Junho/88, pag. 87).

Com um grande atraso cronológico em alguns pontos mas uma aceleração em outras áreas, praticamente se confirma a expectativa da trajetória mais provável desenhada pela Eletronorte, com a primeira fase do governo Collor e, de forma mais clara e sustentada, a partir do Plano Real, combinando elementos da instabilidade com uma hegemonia clara de caráter liberal-modernizante. As medidas de ajustamento econômico e de reestruturação do modelo de desenvolvimento avançam de forma mais lenta que o previsto mas as reformas relativas ao Estado são muito mais profundas do que se antecipava nos cenários e na trajetória mais provável — reforma do Estado, privatização ampla, incluindo estatais símbolos (CVRD, Telebrás, Eletrobrás, etc.), abertura ampla da economia, etc. — ultrapassando qualquer expectativa sobre o peso do processo de liberalização.

Os cenários da SUDAM, elaborados durante a implantação do Plano Brasil Novo (Plano Collor) definia como principal incerteza endógena o andamento — sucesso ou fracasso — deste plano, que, por outro lado, dependiam do comportamento combinado de três fatores: capacidade de gestão da liquidez, confiança dos agentes econômicos e negociação satisfatória da dívida externa (SUDAM,1990). O estudo define um conjunto de condicionantes, diferenciados segundo a natureza do processo e a combinação dos impactos mundiais com os desdobramentos do Plano Brasil Novo, da qual derivam três cenários nacionais:

Estagnação e instabilidade política, decorrente da incapacidade dos atores montarem um projeto hegemônico, o que leva ao fracasso do plano Collor, e, portanto, retomada da crise econômica, agravamento dos problemas e uma estagnação da economia; Neo-liberal modernizante, resultante de um pacto dominante que assegura a estabilidade com aperto monetário e medidas autoritárias e heterodoxas, com acordo internacional e restauração da capacidade de investimento do Estado, levando a uma retomada de alto crescimento e acelerada modernização econômica, sem políticas sociais ou regionais, concentração de renda mas, redução da pobreza absoluta, agressões fortes ao meio ambiente e persistência da concentração regional; e finalmente, o Modelo social-reformista, pressupõe uma “rearrumação do quadro político-eleitoral e uma reorientação da política de estabilização e reorganização do Estado, complementada com reformas sociais estruturais” (SUDAM,1990, pag.135), e “...medidas decididas de revisão e renegociação da dívida externa” (SUDAM,1990, pag.136), levando a uma retomada do crescimento econômico com redistribuição de rendas e desenvolvimento social, crescimento do mercado interno, melhoria da qualidade do meio ambiente e reorganização do espaço com “uma importante elevação da participação das regiões periféricas na produção nacional...” (SUDAM,1990, pag. 141).

A trajetória mais provável definida pelos Macrocenários parte de um quadro semelhante ao da primeira fase do Plano Collor, implementando medidas de reestruturação mas com estagnação econômica e lenta maturação da política de estabilização, passando por uma etapa de consolidação da estabilização com retomada do crescimento e modernização, evoluindo, após algum tempo, para a incorporação de políticas sociais. Segundo o estudo, a “fase de rápida e profunda reestruturação econômica do país provoca mudanças de peso nas relações sociais e na estrutura da sociedade, modificando a posição relativa dos atores e a sua própria postura em relação ao projeto de desenvolvimento nacional” (SUDAM,1990, pag. 145). “Desta forma, tanto pelo sucesso quanto pelos resíduos de problemas sociais que acumula, o projeto liberal-modernizante tende a sofrer diferentes focos de tensão e pressão política que leva a novos realinhamentos dos atores sociais” (SUDAM,1990, pag. 145).

O estudo da SAE identifica um conjunto de tendências de peso e define hipóteses alternativas de seu comportamento futuro, das quais define os três cenários exploratórios. Estes se diferenciam, basicamente, pela combinação de taxas de crescimento e políticas (sociais, regionais e ambientais), que levam a diferentes resultados em termos de emprego, renda per capita, concentração de renda, qualidade de vida, concentração espacial da economia e qualidade ambiental. Os três cenários da SAE — adotando nomes aleatórios em língua indígena para representar as letras A, B e C — são: Abatiapé, que combina estabilidade política e econômica com a modernização econômica num quadro internacional favorável, mas com limitadas políticas e, portanto, resultados sociais modestos, concentração regional e impactos ambientais negativos; Baboré, que registra menores taxas de crescimento mas com melhor distribuição de renda e reforço do mercado interno, contando com dificuldades externas, apresentando resultados sociais e regionais melhores e desempenho ambiental melhor; finalmente, Caaetè, que combina con-

tinuidade do processo de reformas estruturais com “lenta e desigual maturação das iniciativas políticas” freinando a retomada dos investimentos e do crescimento da economia. Este cenário é prejudicado pelo “quadro internacional, marcado por forte recrudescimento do protecionismo e do processo de fragmentação, situação hipoteticamente prevista para ocorrer em meados da primeira década do novo milênio” (SAE, 1997, pag. 39).

A SAE formula uma trajetória para cada cenário, adotando, contudo, uma fase comum e semelhante, que representa as políticas e iniciativas do atual governo, considerando, portanto, que, no curto prazo, se asseguraria a estabilidade econômica e se implementariam as reformas estruturais: mudança do papel do Estado, investimentos do Brasil em Ação, políticas educacionais, no plano econômico e obtenção de “maior competitividade e integração comercial e financeira com a economia mundial” A cena inicial comum para os três cenários corresponde ao intervalo entre 1996 e o final da década de 90 (ano 2000), “período no qual se configuram as mudanças estruturais que o País começa a experimentar, motivadas pela estabilização econômica” (SAE, 1997, pag.36).

O estudo do IPEA, como já foi referido antes, é mais uma proposta de estratégia — ou um futuro desejado e plausível — que propriamente um cenário provável do futuro do Brasil. Para tanto, procura situar o Brasil no contexto internacional definido antes e trabalha com a hipótese básica de que será concluída, com sucesso a política de estabilização econômica em curso, formulando propostas para seu aprimoramento. O pressuposto central do exercício de construção de futuro é a continuidade do sucesso do programa de estabilização, baseado nas seguintes hipóteses: continuidade no uso da taxa de câmbio como âncora nominal básica, política de juros reais elevados suavizada lentamente, crescimento anual da População Economicamente Ativa - PEA, em torno de 2,3% ao ano, parcela do crescimento do PIB explicada pelo aumento da produtividade cresce de 26% para 65%, entre 1996 e 2006, e elasticidade emprego-produto declinante. A partir destas hipóteses, o IPEA considera que a economia brasileira deverá apresentar, até o ano 2006, as seguintes características: taxas de crescimento real elevadas (quando comparadas com o passado recente), intensificação dos investimentos em infra-estrutura para redução do custo Brasil, maior integração comercial e financeira com a economia mundial, juros reais em queda, e fluxos crescentes de investimento direto do exterior. (IPEA, 1997, Vol. 1).

De acordo com o IPEA, uma “...vez superada a fase de estabilização em curso, durante a qual persistem desequilíbrios próprios a um processo de ajuste macroeconômico, um conjunto de reformas institucionais permitirá aumentar a capacidade de mobilizar instrumentos de regulação e incentivo à atividade privadas. Isso irá acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico e social” (IPEA, 1997, Vol. 1, pag. 66). Deste ponto de partida, o trabalho se concentra na apresentação das “exigências de política econômica de médio e longo prazos” que permitam o sucesso da estratégia e da inserção mundial em condições de competitividade. Mas, compreendendo as restrições externas, deixa claro que “...o sucesso da trajetória de crescimento depende do desenvolvimento sem sobressaltos da economia mundial, uma vez que se necessitam de substanciais montantes de capital do exterior, tanto

de risco quanto de empréstimo, para financiar déficits em transações correntes, da ordem de 4% do PIB, por alguns anos”.

Os resultados da simulação de crescimento realizada pelo IPEA são bastante similares aos dos outros trabalhos, correspondendo, no geral, às suas “trajetórias mais prováveis”, mesmo que se trate de períodos e contextos diferentes. Em todos os estudos, a economia brasileira passaria, no curto prazo, por um período de crescimento econômico baixo, na medida em que amadureciam as restrições das políticas de estabilização econômica e as mudanças estruturais, retomando ritmos médios a altos de crescimento nas fases seguintes.

Embora se limite a uma trajetória geral (cenário único), o estudo do IPEA abre alternativas diferentes (variações de sensibilidade) em, pelo menos, dois aspectos importantes: participação brasileira futura no mercado internacional (market-share) e situação do emprego e dos salários médios. Em relação ao primeiro, o estudo considera três hipóteses diferentes para o “Custo Unitário Relativo da Mão de Obra- RULC” com simulações diferentes até o ano 2005, combinando comportamentos dos salários e da produtividade do trabalho. Supondo que ocorreria uma desvalorização cambial de 2% ao ano real, estrutura as hipóteses e seus resultados, com base no diferencial do aumento da produtividade do trabalho e dos salários: quanto maior esta diferença melhor a posição do Brasil no comércio exterior e no market-share, com distintos impactos na balança comercial brasileira. Na expectativa mais otimista a produtividade cresceria duas vezes mais que os salários e na mais pessimista ocorreria, ao contrário, quase um equilíbrio entre as duas taxas de crescimento.

Na simulação do emprego futuro, o IPEA trabalha com alternativas diferentes, admitindo três hipóteses para o aumento da produtividade (intensidade do progresso técnico) e utilizando o modelo teórico apresentado antes: lento (1,1% ao ano), médio (2,2% ao ano) e rápido (3,3% ao ano). Depois de analisar o efeito diferenciado por nível de qualificação e supondo os ganhos, ora em emprego ora em salário, o estudo, faz duas simulações, considerando ritmos distintos de crescimento da economia nacional: crescimento de 3% ao ano e de 6% ao ano. Como resultado deste efeito combinado de crescimento econômico e aumento da produtividade, o estudo chega à seguinte conclusão: na hipótese de um crescimento de apenas 3%, a taxa de desocupação cresceria de 7,9%, no ano-base (1985), para 11,2%, em 2005, enquanto que o salário real cresceria 18%, percentual inferior ao do crescimento global de 21% da produtividade; com a hipótese de crescimento de 6% ao ano, a taxa de desocupação declinaria de 7,9%, no ano-base (1985), para 3,3%, em 2005, enquanto que o salário real cresceria 53%, valor bem superior ao do crescimento global da produtividade no período”. (IPEA, 1997, Vol. 2, pag. 54).

De um modo geral, na análise do emprego futuro, os outros estudos de cenários (Eletronorte, SUDAM e SAE) trabalham com hipóteses bastante semelhantes às do IPEA, especialmente no que se refere ao crescimento da produtividade do trabalho, combinado com a expansão da economia e aumento da PEA. Apesar de diferenças nos modelos analíticos e no rigor dos dados, os resultados finais das expectativas de emprego e desemprego nos quatro estudos tendem a registrar uma tendência relativamente convergente, entendendo que a retomada do crescimento,

mesmo com acelerada modernização tecnológica, tenderia a reduzir o desemprego e o sub-emprego.

## CENÁRIOS DA AMAZÔNIA

Apenas os estudos da Eletronorte e da SUDAM se concentram na elaboração de cenários da Amazônia, tema analisado pela SAE como desdobramentos dos cenários nacionais e não referido pelo trabalho do IPEA. Mesmo com algumas diferenças no tratamento metodológico, os cenários da Amazônia elaborados pela Eletronorte e pela SUDAM são bastante convergentes, embora contem com elementos do contexto ligeiramente diferentes, especialmente no que se refere aos aspectos ambientais. Em todo caso, os Macrocenários chegam a quatro alternativas futuras prováveis — ao contrário das três formuladas pela Eletronorte — além de formular um cenário desejado.

Os cenários da Amazônia elaborados pela Eletronorte resultam do jogo de combinações de hipóteses sobre os desdobramentos e impactos das tendências exógenas e dos processos internos à região, mediados pela postura dos atores e sua influência nos projetos dominantes. O trabalho inicia abrindo um amplo leque de condicionantes exógenos e endógenos, antes de ressaltar os mais relevantes e incertos, que vão constituir os condicionantes-síntese ou incertezas críticas. O estudo recupera alguns condicionantes do contexto e identifica os processos endógenos que determinam o futuro, definindo hipóteses de comportamentos diferenciados.

Para o cruzamento das hipóteses consistentes sobre os condicionantes, o estudo se concentrou em dois grandes condicionantes-sínteses, o dinamismo da economia nacional e as restrições ecológicas e culturais, de cuja combinação foram construídos três cenários da Amazônia: Integração ao Projeto Nacional, que contempla uma rápida integração com taxas elevadas de crescimento, resultante das taxas nacionais e da ausência de restrições ambientais, de modo que a Amazônia se consolida como a grande fornecedora de matérias primas e insumos para o desenvolvimento brasileiro. Neste cenário, a população cresce a taxas elevadas e bem superiores às médias nacionais e o desenvolvimento se concentra nos polos de modernidade, provocando alta degradação ambiental. Desenvolvimento e Inserção Regional, registrando um crescimento econômico médio a alto — superior à economia nacional — com a diversificação produtiva e a inserção regional, diminuindo o papel da Amazônia como fornecedora de matérias primas para a economia nacional e ressaltando mais a integração intra-regional dos polos que sua integração com a economia brasileira. Este cenário decorre da implantação de políticas regionais e de investimentos do Estado (estatais) em infra-estrutura e reformas sociais (incluindo reforma agrária), apresentando crescimento populacional alto e superior à média brasileira, com taxas decrescentes no tempo. E Restrição Ecológica e Cultural, levando a uma mudança profunda na posição da Amazônia na economia nacional, deixando de ser uma região de fronteira e celeiro do crescimento brasileiro, resultando da presença de grandes restrições ecológicas que freiam o processo de integração nacional e levam a uma moderada a baixa taxa de crescimento da Amazônia, acompanhada de uma redução na expansão

populacional da região.

Os três cenários se diferenciam basicamente na forma em que combinam crescimento econômico, intensidade de integração nacional, nível de desenvolvimento interno e controle e conservação ambiental, resultado das formas em que se apresentam o dinamismo da economia nacional — com rebatimento na demanda de commodities — e as políticas ambiental e indigenista, traduzidas nas restrições ecológicas e culturais.

Com base numa análise da trajetória mais provável, o estudo considera que a Amazônia tende a apresentar ao longo do tempo uma grande “...aproximação do cenário de integração ao projeto nacional, começando moderadamente e se acelerando a partir de 1992, passando a incorporar, até o final do século, medidas parciais e crescentes de inserção regional e planejamento ecológico” (ELN, Junho/88, pag. 230). Neste sentido, tenderia a ocorrer uma intensa integração com a economia nacional e modernização da região, com crescimento alto e degradação ambiental — ainda moderadamente no período 1988-92 e se ampliando a partir de 1993 e durante toda a cena 2 (1993-2000). Só no início do século XXI, ocorreria uma inflexão política significativa, que levaria à incorporação de mecanismos e políticas de controle ambiental. Desta forma, durante a maior parte dos últimos dez anos, a Amazônia registraria ainda uma expansão do capital e implantação de grandes projetos minerais e hidrelétricos voltados para a exportação para a economia nacional e mundial.

Na formulação dos cenários regionais, os Macrocenários definem também um conjunto de condicionantes exógenos, alguns dos quais semelhantes aos trabalhados pela Eletronorte, e vários condicionantes endógenos, entre os quais se destaca a biodiversidade como uma grande riqueza e potencialidade regional. Assim, do cruzamento dos cenários mundiais e nacionais e da análise de convergências e sustentabilidade política, os Macrocenários definem os seguintes cenários da Amazônia: Periferia exportadora, resultado da combinação de crescimento e modernização nacional com novo ciclo expansivo mundial, representa a consolidação da Amazônia como um grande “almoxarifado” de matérias primas e recursos naturais, crescendo em ritmo alto mas deixando limitados resultados sociais e irradiação regional, provocando elevado impacto ambiental; Reestruturação e desenvolvimento integrado, resultante da combinação de um cenário nacional social-reformista - incorporando, portanto, políticas sociais, ambientais e regionais - com a propagação de um novo ciclo mundial, levando um crescimento econômico muito alto, internalização da renda e propagação regional, com ampliação do mercado interno, mudança da estrutura produtiva, redução dos impactos ambientais; Desenvolvimento endógeno, decorrente da combinação de um cenário interno social-reformista com um quadro internacional de instabilidade econômica e ebulição política, gerando um processo de desenvolvimento voltado para as potencialidades e as condições internas da região, congelando sua integração externa na economia nacional e mundial, levando a uma taxa moderada de crescimento (7% ao ano) e assegurando a conservação ambiental; e, finalmente, Internacionalização seletiva, levado por um quadro de crise econômica nacional com novo ciclo expansivo mundial, levando a descolamento parcial da região em relação à

economia nacional, reforçando a integração mundial, resultando, portanto, numa taxa de crescimento baixa (para os padrões amazônicos, 6% ao ano), limitada internalização da renda e verticalização do processo produtivo, reestruturação da base produtiva, e um “processo intenso e seletivo de exploração dos seus recursos naturais”, bastante limitados impactos ambientais e importante reorganização do espaço regional, consolidando os polos como enclaves de baixo dinamismo.

A trajetória mais provável acompanharia as trajetórias dos cenários nacionais e mundiais, mantendo, nos primeiros anos, o processo inercial de ocupação, enquanto amadurecem os processos políticos e econômicos. A partir do ano 2000, aproximadamente, este processo levaria a uma aceleração da ocupação - nos termos do cenário da periferia exportadora; e, até o final do século, começam a amadurecer fatores externos que levam à introdução de políticas - regional, ambiental e social - ao mesmo tempo em que se aceleram as mudanças tecnológicas, levando a Amazônia a adquirir características do cenário de Reestruturação e desenvolvimento integrado.

Os Macrocenários apresentam ainda um cenário normativo ou desejado, com base na vontade regional, definida a partir da consulta à sociedade regional. A vontade regional e, com diferenças de intensidade e quantificação, o cenário desejado, combinam os aspectos positivos do cenário de Reestruturação e integração com a economia nacional e do cenário de Desenvolvimento endógeno, registrando crescimento econômico elevado com distribuição de renda, avanço tecnológico, política regional e controle ambiental. O cenário normativo é chamado de Ecodesenvolvimento com alta tecnologia e elevada qualidade de vida, combinando e reconciliando “auto-sustentação, equilíbrio ecológico e melhoria da qualidade de vida de sua população com crescimento econômico, modernização e avanço tecnológico e integração econômica com a economia nacional e mundial” (SUDAM, 1990, pag. 315).

O seu contexto é definido pela trajetória mais provável mundial e nacional, que condicionam a trajetória mais provável da Amazônia, da qual o cenário normativo se distancia graças à estratégia de desenvolvimento regional. Assim, até alcançar o quadro definido para 2010, a realidade regional avança ainda de forma limitada nos primeiros anos, passa por um processo de mais intensa integração com manutenção ainda de problemas sociais e ambientais, e vai ganhando novo desenho e condições a partir do início do século XXI, quando as condições mais favoráveis do contexto e o prazo mais longo de maturação das medidas e políticas implementadas, amadureceram e implementam as transformações do modelo de desenvolvimento regional.

A questão regional aparece nos três cenários nacionais da SAE como desdobramentos dos componentes mais gerais, combinando ritmo de crescimento econômico com orientação da política regional. No cenário Abatiapé se mantém elevada concentração espacial, e “ainda que as disparidades regionais declinem em certa medida, o Brasil continua a apresentar desequilíbrios na estrutura produtiva, no nível de qualidade de vida e nos indicadores sociais das diferentes regiões. A expansão econômica se distribui territorialmente ainda de forma concentrada, com forte peso nas regiões Sul e Sudeste no PIB....” (SAE, 1997, pag. 51). E, especi-

ficamente sobre a Amazônia, neste cenário, o zoneamento econômico-ecológico levaria a um aproveitamento melhor das vantagens competitivas regionais, “ampliando-se as culturas extrativistas da biodiversidade local, como fármacos, essências, frutas tropicais, oleaginosas, entre outras, voltadas para o mercado externo” (SAE, 1997, pag. 52).

Por outro lado, trabalhando com a hipótese de implementação de um sistema de telecomunicações e segurança na Amazônia, o estudo afirma que “o nível de degradação ambiental na região registra importante recuo com a preservação do equilíbrio ecológico e o aproveitamento mais sustentável da biodiversidade regional (...) como resultado do efeito combinado das novas tecnologias limpas e das políticas e sistemas de gestão e manejo ambiental” (SAE, 1997, pag. 52).

No cenário Baboré, a combinação de crescimento econômico médio a alto com políticas regionais, leva a uma “redução dos desequilíbrios sociais e regionais, levando a uma “diminuição das desigualdades entre os indicadores sociais das diferentes regiões e do nível de concentração espacial na estrutura produtiva”. O mesmo ocorre com a questão ambiental (neste caso para todo o Brasil e não apenas referido à Amazônia), uma vez que “a propagação de novas tecnologias na economia, aliada à introdução de mecanismos de gestão ambiental leva, no conjunto, a uma baixa degradação ambiental e à redução da pressão sobre os recursos naturais” (SAE, 1997, pag. 66). Finalmente, no cenário Caaeté, a estagnação econômica combinada com a ausência de capacidade e política regional levam a manutenção de “alta concentração regional da estrutura produtiva” (SAE, 1997, pag. 75).

O estudo do IPEA não constrói cenários para as regiões ou a organização do espaço brasileiro. Quando trata da questão regional, o IPEA enfatiza o diagnóstico da distribuição espacial da economia brasileira nas últimas décadas, enuncia uma tendência geral combinada de concentração e desconcentração — tendências e contratendências da concentração — e, finalmente, apresenta propostas de políticas de desenvolvimento regional. Na nova fase expansiva da economia brasileira, segundo o estudo, existem alguns fatores que tendem a reforçar a concentração regional, particularmente a dotação de infra-estrutura econômica, a tradição industrial, a dotação de infra-estrutura social, especialmente educação, e a presença dos centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, além do Mercosul.

Neste aspecto, as tendências de reconcentração são convergentes com o que tem sido enunciado nos outros estudos que enfatizaram ainda a natureza do novo paradigma de desenvolvimento associado ao ciclo expansivo da economia nacional, também referido pelo IPEA quando fala dos centros de conhecimento. Entretanto, o IPEA chama atenção para o fato de que o novo paradigma apresenta também alguns fatores que, segundo o estudo, “poderiam desempenhar papel relevante no processo de desconcentração” (IPEA, 1997, pag. 199), nomeadamente os avanços nos sistemas de telecomunicações, telemática e transportes, e finalmente, “a mão de obra barata que tem, ainda, grande importância para a localização de segmentos produtivos específicos” (IPEA, 1997, pag. 199).

## CONCLUSÕES

Apesar das diferenças de contexto e mesmo de algumas especificidades no método e no objeto, os estudos de cenários analisados tendem a registrar uma grande convergência na construção dos futuros, tanto no leque de alternativas quanto, principalmente no desenho da trajetória mais provável. Com algumas nuances e diferenças na formulação, tendem a contar com um contexto mundial com estabilidade e crescimento mas com moderados espaços para países de médio desenvolvimento, como o Brasil. Também nos cenários brasileiros parece haver uma convergência quanto ao leque de alternativas e, principalmente, no que se refere às trajetórias (incluindo o cenário do IPEA), partindo de uma fase inicial de reformas com dificuldades para, no médio prazo, retomar o ciclo de crescimento econômico e de melhoria da qualidade de vida. E com relação à Amazônia, pode-se perceber uma expectativa relativamente homogênea em relação aos futuros prováveis, tanto dos cenários regionais quanto dos desdobramentos regionais de alguns cenários nacionais, contemplando uma forte integração à economia nacional com média a alta degradação ambiental, nas fases iniciais, mas evoluindo para uma maior conservação dos ecossistemas.

Por outro lado, menos no conteúdo e mais no processo, é possível concluir das experiências de elaboração de cenários que, apesar de todas as dificuldades e restrições técnicas de lidar com o futuro e com a incerteza, a construção dos cenários constitui um instrumento valioso para a formação da visão estratégica das instituições e empresas. Mesmo com os eventuais “desvios de rotas” das antecipações de futuro, as instituições que construíram cenários passaram por um processo de mudança cultural e de abertura de horizonte técnico e político fundamental para enfrentar os grandes desafios do futuro. Mesmo que as experiências mais antigas, Eletronorte e SUDAM, tenham sofrido solução de continuidade e perderam parte da competência técnica qualificada no processo (agora retomados no novo ciclo de trabalho em que estão envolvidos, tanto a Eletronorte quanto a SUDAM), o trabalho deixou uma marca nas instituições e, seguramente, ajudou a construir um referencial para o futuro.

Talvez este seja o principal papel e importância do trabalho de construção de cenários: criar uma mentalidade prospectiva e construir um referencial para as decisões com um leque de alternativas que possam ser acompanhadas e monitoradas pelos decisores. Esta não é, evidentemente, uma tarefa fácil e aceitável, especialmente em momentos de instabilidade e crise, dominados por interesses e reações imediatistas. Mas, precisamente nos momentos de maior incerteza e velocidade de mudanças cresce a importância e a necessidade da elaboração da antecipação do futuro, para orientar as iniciativas e definição das prioridades.

## BIBLIOGRAFIA

Obras que serviram de base para este trabalho e que podem ser úteis aos interessados no assunto

CNPq - “Cenários sócio-econômicos e científico-tecnológicos para o Brasil” -

- CNPq (mimeo) - Brasília - 1989
- ELETRORÁS - “Plano 2010 - Relatório Geral” - (mimeo) - Rio de Janeiro - 1987
- ELETRONORTE/PPM - Cláudio Porto & Consultores Associados - “Amazônia: Cenário Sócio- econômico e Projeção da Demanda de Energia Elétrica no Horizonte 2010” - Brasília - (mimeo) - Junho de 1988
- ELETRONORTE/PPM - Cláudio Porto & Consultores Associados - “Amazônia: Cenário Sócio- econômico e Projeção da Demanda de Energia Elétrica no Horizonte 2010” (Versão Condensada) - Brasília - (mimeo) - Setembro de 1988
- FINEP - “Macrocenários Mundiais e Nacionais e Ambiente de Negócios da FINEP” e Impactos sobre a Organização (Oportunidades e Ameaças) no Horizonte 1994/2010 - FINEP (mimeo) - Rio de Janeiro - 1992
- Goeth, Michel - “Prospective et Planification Stratégique” - CPE - Paris - 1985.
- Souza, Orlando Castro Gomes de; Souza, Isabel Gomes de; e Lima, Ari De Abreu - “Manual de Técnicas de Previsão - Versão preliminar” - Secretaria Geral de Planejamento/Instituto Universidade de Pesquisa do Rio de Janeiro - (mimeo) - Rio de Janeiro - 1976
- Ramos, Alberto Guerreiro - “Modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade” - in Revista de Administração Pública - Rio de Janeiro, 17 (!) Jan/Mar. 1983
- IPEA- “O Brasil na Virada do Século - Trajetória do Crescimento e Desafios do Desenvolvimento” - Brasília - IPEA - 1997
- Jaguaribe, Hélio - “Brasil 2000” - Editora Paz e Terra - Rio de Janeiro - 1989.
- Lucas, Luiz Paulo Veloso - “Cinco anos de Cenários no BNDES” - BNDES - Anais do Encontro Internacional sobre Prospectiva e Estratégia - São Paulo - 1989
- PETROBRÁS - “Macrocenários Mundiais e Nacionais e Impactos sobre a Petrobrás (Oportunidades e Ameaças) - PETROBRÁS - (mimeo) Rio de Janeiro - 1989.
- Popper, Karl - “Conhecimento Objetivo” - Editora Itatiaia - Belo Horizonte - 1975.
- Porter, Michael - “Vantagem Competitiva - criando e sustentando um desempenho superior” - Ed. Campus - Rio de Janeiro - 1989
- Porto, Cláudio Américo; Souza, Nelmar Medeiros; e Buarque, Sérgio - “Construção de Cenários e Prospecção de Futuros” - Litteris Editora - Recife - 1991
- Ramos, Alberto Guerreiro - “A modernização em nova perspectiva - em busca do modelo de possibilidades” - Revista de Administração Pública - Rio de Janeiro - Jan./Março de 1983
- Rattner, Henrique - “Estudos do Futuro - Introdução à antecipação tecnológica e social” - Editora da FGV - Rio de Janeiro - 1979
- SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos - “Cenários Exploratórios do Brasil 2020 - Texto para Discussão” - SAE - Brasília, Setembro de 1997
- Schwartz, Peter - “A Arte da Previsão” - Editora Scritta - São Paulo - 1995
- SEPLAN/PR-Projeto ÁRIDAS - “Nordeste: Uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável - Versão Preliminar” - Brasília - 1994
- SUDAM/BASA/SUFRAMA - “MACROCENÁRIOS DA AMAZÔNIA - Cenários Alternativos e Cenário Normativo da Amazônia no Horizonte 2010 - Relatório

Final (1ª versão)" - (mimeo) - Belém - Julho de 1990

## NOTAS

1. Entre outros destacam-se (CNPq, 1989), (FINEP, 1992) e (SEPLAN/PR-Projeto ARIDAS, 1994), indicados na bibliografia.
2. Os dois estudos são concluídos alguns meses antes da crise financeira dos países asiáticos, que levou a uma forte pressão especulativa sobre o Brasil, evidenciando a vulnerabilidade externa da economia brasileira.
3. Michael Porter sugere a classificação dos condicionantes do futuro em três tipos diferentes, segundo grau de incerteza: fatos constantes, mudanças pre-determinadas e mudanças incertas (Porter, 1989).
4. A SAE está iniciando o processo de construção do cenário desejado para o Brasil, incluindo uma consulta aos atores com relação ao futuro desejado pelos brasileiros para o Brasil. Ao contrário, contudo, do método utilizado pela SUDAM, no qual a consulta correu de forma independente dos cenários alternativos, a SAE vai utilizar os seus cenários alternativos já concluídos como suporte para a consulta à sociedade, levando-a a se posicionar diante dos mesmos para propor o futuro desejado.
5. Convém lembrar que o trabalho do IPEA foi concluído bem antes da crise asiática que leva os especialistas a considerarem a probabilidade elevada de redução do ritmo de crescimento da economia mundial, nos próximos anos, e as visões mais pessimistas que antecipam uma eventual deflação mundial.
6. De modo geral, não se confirmam as expectativas da trajetória mais provável entre 1988 e 1997, em grande parte porque no contexto nacional, apesar da tendência liberal e modernizante, o Estado continua em crise e incapacitado de investir na região e a economia segue um ritmo relativamente lento, com repercussão na demanda de commodities e na acumulação de capital

## RESUMO

O artigo procura apresentar, de forma comparativa, algumas experiências de construção de cenários do Brasil e da Amazônia, ressaltando os aspectos metodológicos e os resultados das descrições que fazem do futuro. Concentra-se em quatro estudos, abrangendo um período de quase dez anos de observação e tentativa de antecipação do futuro do Brasil e da região amazônica. Embora tratando de trabalhos elaborados em contextos sócio-econômicos e políticos distintos e com diferenças nos objetivos e nos enfoques, o estudo comparativo procura analisar a contribuição que os estudos deram para a metodologia de cenários no Brasil e para a percepção das perspectivas futuras do país e da região. Começa com uma rápida introdução sobre a atividade prospectiva no Brasil, na qual se inserem os quatro estudos referidos, e se divide em três capítulos: o primeiro, faz uma análise comparativa das metodologias utilizadas, o segundo apresenta os diversos cenários nacionais e regionais, e o terceiro apresenta algumas conclusões sobre as experiências e sua contribuição para os estudos de cenários regionais no Brasil.

## ABSTRACT

This paper intends to present a comparative approach to different experiences on scenario building in Brazil and the Brazilian Amazon region, pointing out its methodological aspects and its future descriptions. The analysis is concentrated on four studies which reach almost ten years of observation in Brazil and the Amazon region with some anticipation for the future. Although the scenarios were produced in different social, economical and political contexts and have differences in objectives and approaches, the comparative study investigates its contribution for the methodology of scenarios and the perception on Brazilian and regional perspectives. The paper begins with a small introduction about the prospective activities in Brazil, which creates the technical environment for the four studies, and organizes the analysis in three chapters: the first one, makes a comparative analysis of the methodologies and the second presents the different national and regional scenarios. The last chapter presents some conclusions about the experiences and its contribution to the construction of scenarios in Brazil.

## O AUTOR

Sérgio C. Buarque. Economista, com Mestrado em sociologia, e é professor na Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco, da Universidade Federal de Pernambuco. É consultor autônomo na área de planejamento governamental e metodologia e técnicas de construção de cenários.